

A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FATOR ECONÔMICO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE MANEJO FLORESTAL NO ESTADO DE RORAIMA

Msc. José Rogério de Oliveira
jrogerio@faculdadeatual.edu.br
ESTACIO ATUAL

Dra. Romina Batista de Lucena de Souza
rominabls@gmail.com
UFRGS

Msc. Luciana Silva de Souza
luabela11@gmail.com
UFRR

Resumo: A questão ambiental nos últimos anos ganhou dimensões e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem e das empresas modernas. A onda de transformações da economia brasileira foi fundamental para melhorar a conscientização da sociedade que está cada vez mais obrigando as indústrias a adotarem uma atitude responsável perante o meio ambiente. Este trabalho pretende ser um contributo para as empresas que têm por objetivo introduzir a matéria ambiental nos seus sistemas de gestão e contabilidade. Na revisão da literatura, temos a abordagem sobre desenvolvimento sustentável, zoneamento ambiental, manejo florestal e a importância da contabilidade ambiental na gestão administrativa das empresas. A metodologia adotada foi o estudo de caso, utilizando-se a observação direta não participante, entrevistas e consulta a documentos e arquivos gerenciais. A análise dos resultados focou a gestão ambiental, as políticas ambientais e os demonstrativos financeiros da empresa. Os resultados demonstraram que os relatórios contábeis da empresa Madeireira Vale Verde Ltda. não possui destaque para os recursos financeiros destinados a mitigação dos passivos ambientais, de forma que a empresa não utiliza técnicas ou métodos que mensurem seu ativo e passivo ambiental. Porém, em suas ações ambientais, consta a implementação do manejo florestal que provocou mudanças para o desenvolvimento local como: aumento do poder aquisitivo das pessoas, arrecadação fiscal e aumento no comércio e serviços.

Palavras Chave: Manejo Florestal - Sustentabilidade - Contabilidade - Meio Ambiente -



1. INTRODUÇÃO

Para dar conta de uma nova realidade o Código Florestal brasileiro de 1965 (Lei n. 4.771/65), em seu artigo 15, definiu que as florestas da Amazônia só poderiam ser utilizadas através de planos de manejo, *in verbis*:

Art. 15. Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano (BRASIL, Lei n. 4.771/65 de 15 de setembro de 1965).

Respondendo a essas necessidades, em 1989, a Ordem de Serviço 001-89/IBAMA/DIREN definiram um extensivo protocolo de plano de manejo, incluindo especificação de técnicas de extração para suavizar os danos à floresta, estimativas do volume a serem explorados, tratamentos silviculturas e métodos de monitoramento do desenvolvimento da floresta após a exploração.

A premissa da preservação deve conduzir todo um sistema chamado de manejo florestal, que se resume em um conjunto de técnicas empregadas para colher cuidadosamente parte das árvores grandes de tal maneira que os menores, a serem colhidas futuramente sejam protegidas. Com a adoção do manejo a produção de madeira pode ser contínua ao longo dos anos.

Diante do exposto a questão problema que motiva este artigo é: de que forma a Contabilidade Ambiental favorece a análise e afeta a apropriação de bens de consumo no desenvolvimento do Manejo Florestal da empresa FIT Manejo Florestal LTDA no Estado de Roraima?

Foi nesta perspectiva que se elaborou o artigo, constituído por relatórios e balanços apresentados pela empresa em estudo. Este trabalho pretende ser um contributo em matéria de gestão e contabilidade dos impactos ambientais, embora conscientes das limitações por ser um tema ainda novo em Roraima, onde a bibliografia disponível sobre determinados aspectos é praticamente inexistente.

Para o desenvolvimento deste artigo, será realizado um estudo de caso a respeito de uma empresa do setor madeireiro, através de fontes de dados secundários, visando-se analisar a atuação desta organização à luz da responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável.

A empresa em estudo é a Fit – Manejo Florestal Ltda, que se dedica à exploração, industrialização e exportação de madeira. A empresa realiza um importante trabalho de manejo florestal. Sabe-se que a empresa analisada tem uma grande preocupação com a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento de suas ações.

O objetivo do estudo consiste em caracterizar o modo de produção de uma empresa de manejo florestal, especificamente a FIT Manejo Florestal Ltda de Boa Vista, através de uma análise da Madeireira Vale Verde Ltda., segundo os conceitos de desenvolvimento sustentável e os preceitos da Contabilidade Ambiental.

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, que consiste em buscar em revistas, livros, artigos e internet, referencial teórico sobre o assunto. Em seguida, será realizado um estudo de caso, que segundo Simões (1995, p. 237) significa um método de investigação, para a descoberta de novos elementos para uma ciência particular, onde predominam os dados qualitativos, segundo a metodologia característica do mesmo na prática de pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Um dos conceitos citados com maior frequência define o desenvolvimento sustentável como: “o desenvolvimento econômico que se encontra a fim de suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer a habilidade das gerações futuras de se suprirem com as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 13).

Nas empresas, a solidificação do conceito de desenvolvimento sustentável ocorreu em 1992, e representou aquele desenvolvimento que conseguiu atender às demandas do momento, visando poder atendê-las também no futuro, garantindo às futuras gerações os recursos naturais, sem os quais ninguém vive. Objetivando realizar o desenvolvimento sustentável, uma empresa deve passar por diversos obstáculos, pois, deixar de produzir um produto porque este polui, ou produzir de forma com que não agrida o meio ambiente, além de gerar custos muitos altos, não se torna viável em questão do consumo.

Segundo Ferreira (2009), a sobrevivência do meio ambiente pode ser vista como uma questão de médio e longo prazo; já a questão da sobrevivência do negócio é um tópico que, do ponto de vista do empresário, é de curto prazo e lhe é mais sensível, assim, aspectos econômicos e sociais estarão sempre permeando essas questões.

Apesar destas barreiras, existem outras formas para colaborar com o desenvolvimento sustentável como restrições que os países podem adotar de entradas de produtos poluentes, os certificados ambientais, que de alguma maneira irá mostrar a preocupação que a empresa tem com a gestão ambiental, como também ajudará em empréstimos e financiamentos em certos bancos, cujo crédito é dado apenas para empresas que comprovem seu meio de contribuição ao meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável envolve múltiplos fatores, os quais estão sendo muito aplicadas nos últimos anos, como a produtividade, a qualidade e a competitividade. Eles não se tornam incompatíveis, e sim fundamentais, pois, segundo Ferreira (2009, p. 36), existe várias dimensões para a sustentabilidade, e a mais importante, requer a unificação da economia e da ecologia nos níveis de tomada de decisão.

2.1. ZONEAMENTO AMBIENTAL

O zoneamento é outro instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (artigo 9º, II) e que conforme assegura Antunes (2000, p. 123) encontra-se sua origem em regiões industrializadas e urbanizadas, conforme necessidade de se estabelecer áreas com destinação especial. O zoneamento consiste, na utilização planejada, a qual se faz um estudo sobre as possibilidades de instalação de determinadas atividades e quais seus objetivos, para verificar se essas zonas pré-estabelecidas serão empregadas corretamente para aquela localidade e o quão afetará as pessoas e o meio.

O zoneamento ambiental está disposto no artigo 225, § 1º, III e § 4º da Carta Magna. Segundo Machado (2003, p. 123), o zoneamento urbano está ligado ao direito urbanístico, pois este possui finalidade de “assegurar, através do emprego de todos os recursos técnicos disponíveis, vida condigna para toda população”. Ressalva-se também que a função não é só viária e higiênica, todavia, deve satisfazer a comunidade e evitar a criação de áreas de sub-habitação.

2.2. CONTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008), as questões ambientais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e



interesse. A contabilidade, como instrumento de informação, não vai solucionar os problemas de caráter ambiental, mas, devido à sua capacidade de reportar informações, em princípio é um mecanismo que deve contribuir com todos os atores sociais, na medida em que evidencia as questões relacionadas ao meio ambiente.

Segundo Paiva (2003), explica que a Contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

Martins e Ribeiro (1998) destacam que as demonstrações contábeis podem ser o canal adequado para tais evidências, principalmente porque nestes estão contidos todas as informações pertinentes à situação patrimonial e desempenho da empresa em um determinado período. A adição das informações de natureza ambiental viria a enriquecer tais demonstrações, como também permitiria aos usuários melhores condições de acesso à informação para avaliar a grandeza dos investimentos ambientais comparativamente ao patrimônio e aos resultados no período.

As necessidades da empresa estão em se adequar aos padrões exigidos para que não agrida o meio ambiente e, em virtude do reconhecimento do seu passivo ambiental, e da identificação dos ativos ambientais e dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental. A empresa esclarece à sociedade a intensidade dos esforços e recursos que tem depositado a esta questão.

2.3. MANEJOS FLORESTAIS

O manejo florestal sustentado é definido por Viana (1991) como o aproveitamento econômico e a conservação dos recursos das florestas naturais visando a perpetuação da cobertura florestal, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico.

Atualmente grande parte da exploração de madeira na região Amazônia ainda é praticada segundo os métodos convencionais. Segundo a Campanha Amazônica – GREENPEACE (2001, p. 2), os madeireiros exploram as espécies mais valiosas como o mogno (*Swietenia macrophylla*), ipê (*Tabebuia sp*) e cedro (*Cedrela odorata*). Para isso, eles abrem estradas, e então selecionam e derrubam as melhores árvores. Tratores são usados para arrastar as toras do interior da floresta para pátios de estocagem na margem das estradas. Nos pátios, as toras são embarcadas em caminhões, que seguem para as fábricas (serrarias, fábricas de lâminas, etc.).

É importante dizer que em 80% dos casos de extração de madeira ocorrem ilegalmente, em áreas onde a retirada das árvores não foi previamente autorizada pelo órgão governamental responsável, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), incluindo-se entre essas áreas aquelas de preservação, como terras indígenas, por exemplo.

Segundo Roth *et al* (2009), o resultado é que, com grande frequência, essas áreas são invadidas ilegalmente ou transformadas em pobres pastagens. Em linhas gerais, para a retirada de madeiras, primeiro faz-se um levantamento botânico que corresponde a um inventário florestal para identificar as espécies que existem naquele local. Uma vez feito o inventário, faz-se a seleção das espécies definindo as que serão retiradas. Depois se parte para o planejamento das estradas, treinamento da comunidade para derrubar as árvores de forma que ela ao cair cause baixo impacto ambiental. E por fim, elabora-se o plano de manejo a ser apresentado ao IBAMA que cuidará da fiscalização.



A exploração da floresta amazônica foi regulamentada por meio do Decreto Federal 1.282 de 1994, que definiu o manejo sustentável como “a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo”.

Atualmente, o conceito expandiu, sendo ampliado para manejo florestal de uso múltiplo, passando a incluir também “múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros bem como a utilização de outros bens e serviços naturais da floresta”. Assim, pode-se afirmar que na Amazônia o manejo florestal é a política ambiental correta para a exploração da madeira.

O manejo sustentável é o melhor e mais eficaz recurso para a exploração sustentável e consciente de madeira e outros tipos de insumos encontrados na floresta. Urna floresta cuja extração madeireira ocorre através de manejo, continua oferecendo riquezas para as futuras gerações, pois a madeira e seus outros produtos são recursos renováveis.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere à classificação dos dados, foi utilizada a metodologia exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória, consoante ensina Gil (2007), tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa utiliza a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica realizou-se por meio de teses, dissertações, livros, revistas, dados da internet, entre outros. O estudo de caso foi desenvolvido em uma empresa do setor madeireiro do Estado de Roraima, a FIT Manejo Florestal Ltda.

O estudo de caso, de acordo com Gil (2007), caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo. Com estes procedimentos metodológicos, foi possível elencar informações necessárias para responder a questão central deste estudo, ou seja, analisar como a empresa FIT Manejo Florestal atende as exigências ambientais considerando as demonstrações contábeis da empresa e os preceitos da Contabilidade Ambiental.

O principal instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados da empresa FIT Manejo Florestal e Madeireira Vale Verde foi à entrevista. O estudo contou também com a análise de Relatórios Contábeis da empresa, com o intuito de identificar elementos que possam refletir a postura da empresa diante das questões ambientais. Dessa forma, não é analisar tecnicamente os dados contábeis e patrimoniais da empresa, e sim identificar nesses dados os elementos que possam indicar a utilização da Contabilidade Ambiental. Assim, o estudo iniciou-se com a análise do Relatório Anual de 2010.

Posteriormente, foram analisadas algumas das demonstrações contábeis obrigatórias, sendo elas, o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Esta pesquisa tem um caráter exploratório e descritivo e se desenvolveu com intuito de demonstrar como uma empresa do setor madeireiro situada no Estado de Roraima evidencia as operações ambientais em seus relatórios contábeis. Os dados utilizados para esta este trabalho foram fornecidos pela própria empresa nas entrevistas e visitas realizadas.

4. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA EM ESTUDO

A F.I.T Manejos Florestais teve início em 1988, quando o suíço Walter Vogel – juntamente com outros empresários europeus - planejavam cultivar *Acacia mangium* nos lavrados roraimenses. Depois de obter resultados promissores com um plantio experimental

de mil mudas da leguminosa, foi criada a empresa Ouro Verde Agrosilvopastoril Ltda – OVA, que possui como principal objetivo criar projetos sustentáveis em florestas naturais e plantações, bem como processamento e venda de seus produtos e subprodutos.

A OVA também é gestora do grupo de certificação FSC “Projeto Ouro Verde” e presta serviços administrativos e legais às empresas proprietárias das terras plantadas (averbação de reservas legais, etc.). A Ouro Verde Florestal Management Ltda (FLORESTAL) é a filial da Ouro Verde Agrosilvopastoril que fornece todo o corpo de funcionários para a realização e administração do projeto e todas as máquinas para as atividades florestais do mesmo. Ela também fornece a mão-de-obra e administra as empresas: Madeireira Vale Verde Ltda e Mangium Wood Serraria Ltda.

As plantações de *Acacia mangium* ocupam uma área de 30 mil hectares, foram levadas adiante com objetivo de suprir a demanda de matéria-prima para a indústria de produtos serrados, movelaria, pisos e lambris. A espécie florestal *Acácia mangium* é considerada uma das mais promissoras para programas de florestamento nos trópicos em virtude de seu rápido crescimento e grande variedade de usos. As áreas adquiridas para florestamento são provenientes de antigos sistemas pastoris.

As áreas de lavrado adquiridas para florestamento, após 1998, foram todas utilizadas anteriormente para criação de gado. Nenhuma área de floresta foi devastada para plantios e, áreas de florestas secundárias, existentes dentro da plantação, têm sido deixadas intocadas e estão definidas como áreas de proteção.

Quadro 1: Dados gerais do empreendimento

Área Total	80.866,5 ha
Área Plantada	26.757 ha
Capacidade de Produção	10.000 m ³ /ano
Produto	Madeira Serrada de <i>Acácia mangium</i>

Fonte: Plano de Manejo Florestal - MVV. Empresa FIT Manejos Florestais (2011).

Os plantios de *Acácia* do Projeto Ouro Verde por sua vez, estão distribuídos em quatro Núcleos, sendo eles: Jacitara; Serra da Lua; Mucajaí; e Santa Cecília. O quadro 02 mostra a área plantada da empresa por Núcleo.

Quadro 2: Área plantada da empresa por Núcleo

Núcleo	Área plantada	Outras áreas	Total (ha) ²
Jacitara	4.922	11.063	16.572
Serra da Lua	18.460	33.178	53.714
Mucajaí	2.209	2.871	5.157
Santa Cecília	1.167	3.976	5.423

Fonte: Plano de Manejo Florestal – MVV - Madeireira Vale Verde Ltda (2011).

Para atender normas e legislação, em 2002, foi elaborado um Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) para levantar todos os aspectos e impactos socioambientais do empreendimento. Após longo processo de avaliação – que contou com audiências públicas – para que o projeto não estacionasse, exigiu-se que a companhia se comprometesse em executar os Programas Básicos Ambientais (PBA). Ao longo dos últimos 10 anos foram realizados estudos e pesquisas por universidades e centros especializados para buscar informações que subsidiassem melhorias no sistema de manejo florestal.

Atualmente, a empresa possui aproximadamente 200 colaboradores que desenvolvem atividades buscando atingir: Gestão Administrativa, Gestão Social, Gestão Florestal e Gestão

Ambiental. Com base nesse sistema, a empresa busca conduzir o manejo para produzir madeira serrada de alta qualidade e valor agregado, considerando para isso o cumprimento dos princípios e critérios do certificado *Forest Stewardship Council (FSC)* – conhecido como Selo Verde - que comprova a sustentabilidade do sistema. Posteriormente a madeira serrada é processada para manufatura de produtos que serão vendidos - principalmente para a Europa -, cobrindo assim toda a cadeia de custos e fornecendo base para compensações econômico-financeiras.

A Madeireira Vale Verde (MVV) Ltda, criada em 2004 é a empresa executora do plano de manejo florestal sustentável e a proprietária da área de manejo florestal (AMF) localizada no município de Caracaraí e da indústria de madeira localizada no município de Cantá no Estado Roraima.

A MVV possui uma infraestrutura e recursos humanos própria nas áreas de manejo e na cidade de Caracaraí, que é dirigida ao controle do manejo florestal e da cadeia de custódia. Atualmente contam com um total de 128 colaboradores. A MVV é a primeira empresa no setor de manejo florestal que tem aprovado o plano de manejo de um projeto de manejo florestal empresarial de grande porte no estado de Roraima e conta com o certificado florestal FSC.

Além dos plantios de Acácia do Projeto Ouro Verde, a MVV conta com um inventário ou censo de floresta natural própria, prosseguindo com as atividades de extração de madeira nativa e serraria, fornecendo anualmente até 38.000 m³ de madeira toras de espécies nativas e de 17.000 m³ de madeira serrada de *acácia mangium*.

Grande parte da madeira industrializada é exportada para diversos países, sendo comercializada pela empresa *GreenWood Trading AG*, uma empresa suíça que tem seus produtos vendidos em toda a Europa. A empresa *GreenWood Trading AG* comercializa apenas a madeira que possui o selo FSC, garantindo assim que a madeira comercializada provém de manejo florestal sustentável.

4.1. POLÍTICAS AMBIENTAIS DA EMPRESA FIT – MANEJO FLORESTAL

A FIT Manejo Florestal apresenta uma evidente preocupação com os processos realizados pela empresa e os resultados em termos ambientais. Assim, o desenvolvimento das atividades e programas ambientais busca refletirem a preocupação da empresa com o meio ambiente e a sustentabilidade da empresa. Visando garantir o desenvolvimento sustentável a empresa conta com diversos programas ambientais que, juntamente com outros programas, são condicionantes da licença ambiental de operação emitida para o plantio de aproximadamente 30.000 ha de plantios florestais de *acácia mangium*.

As políticas ambientais descritas a seguir são desenvolvidas pela Madeireira Vale Verde Ltda, responsável pela produção e industrialização da madeira, e, conseqüentemente, do manejo florestal sustentável da área. Um dos programas desenvolvidos pela empresa consiste no Programa de Monitoramento de Águas Superficiais (PMASS), que objetiva monitorar e avaliar a variação do nível da água subterrânea em áreas que apresentam manejo florestal para produção de madeira de *acácia mangium* em ciclo médio de 12 anos.

O estudo possibilita orientar a tomada de decisões para o desenvolvimento e gerenciamento do recurso, bem como para o desencadeamento de ações mitigatórias. O projeto consiste no monitoramento do tipo básico e avaliação dos pontos, informando a variação temporal e espacial da reserva dos recursos do aquífero em estudo ao longo do tempo, além de apresentar um modelo em escala piloto para caracterização de sistemas.

São monitoradas cinco bacias hidrográficas, dentre as quais, três possuem como uso de solo predominante, plantios florestais de acácia mangium, uma com pastagem e outra com cerrado (vegetação nativa). O ponto de vegetação nativa é considerado um ponto de controle, é um local em que a qualidade da água tende a apresentar condições ideais para a manutenção do ecossistema.

Quadro 3: Pontos de capacitação de amostras de águas superficiais

Bacias hidrográficas		
Bacia 1	Bonfim	Plantios Florestais
Bacia 2	Bonfim	Plantios Florestais
Bacia 3	Alto Alegre	Plantios Florestais
Bacia 4	Bonfim	Pastagem/Pecuária
Bacia 5	Boa Vista	Nativa/Cerrado

Fonte: Plano de Manejo Florestal – MVV - Madeireira Vale Verde Ltda (2011).

A empresa espera que os resultados do Projeto de Monitoramento de Águas Superficiais possam contribuir e auxiliar na elaboração de propostas e procedimentos para melhoria das atividades do processo florestal da empresa, incluindo técnicas de manejo e ações mitigadoras para que os recursos hídricos mantenham qualidade e quantidade suficientes para o desenvolvimento das atividades vitais do ambiente e garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental das plantações florestais da empresa.

A empresa executa também o Programa de Monitoramento Ambiental (PMIA), que visa identificar e avaliar quantitativa e qualitativamente as condições e a qualidade ambiental através de coleta de dados e acompanhamento contínuo e sistemático das variáveis ambientais nas unidades de manejos.

As atividades da empresa revela de forma direta no meio ambiente, assim o programa visa subsidiar medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em relação a geração dos impactos decorrentes das atividades no empreendimento.

Outro programa de grande importância é o Programa de Monitoramento de Fauna (PMF), cujo objetivo é de identificar, quantificar e fornecer informações sobre população das espécies da fauna silvestres existentes nas unidades de manejo da empresa, incluindo aquelas ameaçadas de extinção, endêmicas e sensíveis aos impactos do empreendimento e principais espécies nativas conhecidas como bioindicadoras de população e diversidade.

É realizado o Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR) consiste no estabelecimento dos procedimentos básicos necessários ao adequado acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos que serão gerados nas diversas fases de operação do empreendimento, de forma a minimizar os impactos ambientais.

A fim de alcançar os objetivos mencionados, o PGR é desenvolvido em todas as sedes da empresa e conta com seis programas ambientais, denominados coleta seletiva, compostagem, redução na fonte, recolhimento de pilhas e baterias, recolhimento de óleo de cozinha e garrafas pet. Todos os programas ambientais são divulgados por e-mail e *folder's*, além dos treinamentos específicos ministrados aos colaboradores.

O Programa de Educação Ambiental objetiva sensibilizar a comunidade a respeito dos impactos ambientais da geração de resíduos e conscientizar quanto ao conceito dos 3Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar, aumentando a participação da comunidade nos aspectos relativos ao conhecimento e melhoria de seu próprio ambiente. Também objetiva apoiar de forma indireta as iniciativas e ações governamentais de educação ambiental realizada junto à comunidade.

O Programa de Conservação de Solos tem como objetivo garantir a manutenção da capacidade produtiva do solo ao longo do ciclo dos plantios florestais, considerando principalmente a fertilidade potencial, disponibilidade de água, atividade biológica e estabilidade física (controle da erosão).

Para atender aos objetivos propostos, a empresa realiza pesquisas que possibilitaram definir as características físico-químicas dos solos presentes nas unidades com plantios florestais e conseqüentemente classificá-los. A partir disso foi possível avaliar os limites e as potencialidades de cada tipo de solo.

E por fim a empresa estabelece o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas – PRAD, cujo objetivo é a recomposição e/ou recuperação das áreas degradadas pelos processos referentes ao manejo florestal, através da revegetação ou da condução da regeneração natural dos locais utilizados durante a implantação e operação do empreendimento, visando à proteção dos solos e dos corpos d'água contra os processos erosivos e o assoreamento.

A recuperação ambiental dar-se-á a partir do conhecimento e caracterização física e biológica das diferentes áreas degradadas, e pelo emprego de técnicas de recomposição e revegetação, as quais são desenvolvidas de acordo com as características locais e históricas do tipo da degradação provocada.

São realizados levantamentos de campo no início do processo de recuperação das áreas, sendo que durante o processo há um monitoramento, de forma a permitir o acompanhamento e avaliação da eficácia e a necessidade de alteração dos tratamentos implantados. Após a realização dos serviços é realizado o acompanhamento da evolução das ações implementadas e aplicação dos ajustes e correções necessários.

4.2. GESTÃO AMBIENTAL NA EMPRESA

A empresa FIT Manejo Florestal é a executora de um plano de manejo florestal sustentável. No ano de 2011, a empresa prospecta a certificação florestal FSC (*Forest Stewardship Council*), certificado já adquirido por um de seus colaboradores, a Madeireira Vale Verde. Este plano de manejo compreende um período de 25 anos, do 1º de janeiro 2007 até 31 de dezembro de 2032.

A área de manejo florestal (AMF) está instalada em uma fazenda denominada Fazenda Mundo Novo que consiste em 10 imóveis rurais. Praticamente a área inteira da Fazenda é coberta por floresta primária, exceto uma área de aproximadamente 200 hectares de área aberta (capoeira), onde a cobertura vegetal foi removida ao redor de 1980 pelo proprietário para a criação de gado.

A área de manejo florestal (AMF) é composta por 10 imóveis rurais com títulos definitivos que cobrem uma área de 17.205,4 hectares. Os imóveis estão localizados na Gleba Barauana, vicinal 03 do assentamento do INCRA “Cujubim”, beirando com o Rio Branco no Município de Caracará, Estado de Roraima.

Os objetivos de caráter imediato consistem em: vender madeira serrada no mercado regional, nacional e internacional; melhorar a organização e o desempenho do manejo florestal operacional, através de um monitoramento de todas as atividades operacionais e ocorrências diversas no sistema de informação florestal; implementar as melhores estratégias na promoção das condições de segurança no trabalho e saúde ocupacional; aperfeiçoar a proteção dos recursos hídricos e das APP's; desenvolver as atividades de controle das informações florestais em sistema integrado aos módulos administrativos, financeiros e de recursos humanos, visando centralização e controle na distribuição da informação, fácil

manutenção de seus registros e a perfeita sincronia dos dados, permitindo o fechamento de custos com os resultados contábeis.

A empresa mantém o controle da procedência da madeira utilizada através de um sistema de documentação que acompanha desde o corte das árvores (desbastes e/ou corte raso), até a expedição do produto final. Todas as atividades que envolvem o manejo ambiental, incluindo as ações de monitoramento, são instrumentos que a empresa utiliza para atingir a produção sustentável de madeira de espécies nativas, buscando estar em concordância com as exigências legais e as normas do Conselho de Manejo Florestal (FSC), com a finalidade precípua de garantir a viabilidade econômica do projeto de forma sustentável.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base nas informações anteriormente apresentadas, o presente estudo foi conduzido com vistas a identificar e analisar como a empresa FIT Manejo Florestal Ltda, através da Madeireira Vale Verde Ltda, se relaciona com a questão ambiental, analisando também se as informações contábeis demonstram coadunam com a questão ambiental. Quanto aos valores investidos em meio ambiente, FIT Manejo Sustentável e sua colaboradora, a Madeireira Vale Verde Ltda, não forneceram a precisa informação do montante investido na manutenção das áreas de manejos florestais e demais atividades relacionadas à prevenção e correção dos impactos ambientais, como estudos, campanhas e projetos, contudo, a empresa estima que este valor ultrapasse R\$ 2 milhões de reais anualmente.

Em um segundo momento, o objeto de estudo foi o conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias perante a Lei 11.638/07 referentes a 2008 e 2009, sendo elas, o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA), visando identificar indicadores ambientais que possam justificar as políticas ambientais da empresa.

O Balanço Patrimonial de 2009 basicamente divide-se em ativos e passivos. Considerando os elementos do ativo, não foram identificadas contas que se configurem como ativos ambientais dentro do BP da FIT Manejos Florestais Ltda. Contudo, a empresa utiliza o manejo florestal como alternativa para o desenvolvimento da região, que poderia ter sido mencionado como Ativo Ambiental, no modelo produtivo da empresa.

Quadro 4: Balanço Patrimonial Ativo – ano 2008/2009

	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	57.359	84.169
Contas a receber	1.276.367	1.430.944
Impostos a recuperar	340.833	361.627
Estoques	2.462.641	866.644
Adiantamento a fornecedores	315.433	1.745.920
Mútuos - Malrimalrii florestal ltda.	746	-
	<u>4.453.379</u>	<u>4.489.304</u>
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	210.286	96.044
	<u>210.286</u>	<u>96.044</u>
Imobilizado líquido	12.651.099	13.240.480
Diferido	-	1.528.561
	<u>12.651.099</u>	<u>14.769.041</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>17.314.764</u>	<u>19.354.389</u>

Fonte: Madeireira Vale Verde Ltda (2008/2009).

No que se refere aos passivos, a empresa não fez nenhum tipo de distinção entre os passivos ambientais e aqueles contidos no Balanço Patrimonial.

Quadro 5: Balanço Patrimonial Passivo – ano 2008/2009

	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	482.232	3.204.113
Obrigações trabalhistas	958.571	243.190
Obrigações tributárias	605.412	184.529
Provisões trabalhistas	269.493	10.500
Adiantamentos de clientes	250.219	128.581
Outras contas a pagar	38.658	84.148
	<u>2.604.585</u>	<u>3.855.061</u>
NÃO CIRCULANTE		
Mútuos em moeda nacional	24.994.344	20.758.295
	<u>24.994.344</u>	<u>20.758.295</u>
PASSIVO DESCOBERTO		
Capital social	880.088	880.088
Prejuízos acumulados	(11.164.253)	(6.139.055)
	<u>(10.284.165)</u>	<u>(5.258.967)</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>17.314.764</u>	<u>19.354.389</u>

Fonte: Madeireira Vale Verde Ltda (2008/2009).

Assim, com base na presente análise do Balanço Patrimonial da empresa, não foi possível identificar possíveis informações ambientais, tanto no grupo do ativo quanto no passivo. Da mesma forma, não identificou nenhuma informação ambiental em relação a receitas, despesas e custos conforme o DRE abaixo especificado.

Quadro 6: Demonstração do Resultado do Exercício - 2008/2009

	2009	2008
RECEITA DE VENDAS		
Receita Bruta de Vendas	7.974.191	4.651.066
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
(-) Impostos sobre vendas	(2.882.849)	(92.456)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.091.342	4.558.610
Custos dos serviços prestados	(5.606.232)	(4.878.454)
PREJUÍZO BRUTO	(514.890)	(319.844)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(1.537.928)	(2.055.974)
Despesas tributárias	(235.323)	(204.787)
Depreciações e amortizações	(577.679)	(711.437)
Despesas financeiras	(261.934)	(23.285)
Outras (despesas) receitas operacionais	(258.851)	29.228
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(2.871.715)	(2.966.255)
Imposto de Renda e contribuição social	(182.983)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(3.569.588)	(3.286.099)
Prejuízo por quota	<u>(4,06)</u>	<u>(3,73)</u>

Fonte: Madeireira Vale Verde Ltda (2008/2009).

Analisando a DMPL e DFC dos anos 2008 e 2009, não foi possível identificar registros que possam ser classificados ou entendidos como sendo de natureza ambiental.

**Quadro 7:** Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 2008/2009.

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	880.088	(2.852.956)	(1.972.868)
Prejuízo do exercício	-	(3.286.099)	(3.286.099)
Saldo em 31 de dezembro 2008	880.088	(6.139.055)	(5.258.967)
Ajustes de exercícios anteriores (nota 12.2)	-	(1.455.610)	(1.455.610)
Prejuízo do exercício	-	(3.569.588)	(3.569.588)
Saldo em 31 de dezembro 2009	880.088	(11.164.253)	(10.284.165)

Fonte: Madeireira Vale Verde Ltda (2008/2009).

Quadro 8: Demonstração dos Fluxos de Caixa – ano 2008/2009

	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes de exercícios anteriores	(1.455.610)	-
Prejuízo do exercício	(3.569.588)	(3.286.099)
Ajustes por:		
- Depreciação e amortização	577.679	711.437
- Baixa de imobilizado	11.702	-
- Baixa de diferido	1.528.561	-
Resultado do Exercício Ajustado	(1.451.646)	(2.574.662)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
- Redução (aumento) de contas a receber	154.577	(1.303.879)
- (Aumento) redução de impostos a recuperar	(93.448)	25.840
- (Aumento) de estoques	(1.595.997)	(130.463)
- Redução (aumento) de adiantamentos a fornecedores	1.430.487	(1.527.895)
- (Redução) aumento de fornecedores	(2.721.881)	1.025.219
- Aumento de obrigações trabalhistas	715.381	161.563
- Aumento de obrigações tributárias	420.883	166.078
- Aumento de provisões trabalhistas	258.993	-
- Aumento de adiantamentos de clientes	121.638	128.581
- (Redução) aumento de outras a pagar	(45.490)	2.180
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(4.262.113)	(4.027.438)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
- Aquisição de imobilizado	-	(599.090)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	-	(599.090)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
- Aumento de mútuos a receber (ativo circulante)	(746)	(97.039)
- Aumento de mútuo moeda nacional (passivo não circulante)	4.236.049	4.766.239
Caixa Líquido Gerado nas atividades de financiamento	4.235.303	4.669.200
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(26.810)	42.672
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	84.169	41.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.359	84.169
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(26.810)	42.672

Fonte: Madeireira Vale Verde Ltda (2008/2009).

Ao analisar as notas explicativas, verificou-se que não há evidenciação da relação da empresa com o meio ambiente. A nota explicativa nº 2 afirma que as demonstrações contábeis foram elaboradas com as práticas contábeis adotadas nos Brasil, em consonância com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira. A nota não faz nenhuma menção quanto à necessidade de se evidenciar, de forma clara, as informações de natureza ambiental, devendo ter sido considerada à natureza da atividade desempenhada pela empresa e os preceitos de manejo florestal pregada pela empresa.

Dessa forma, considerando a análise geral das demonstrações contábeis apresentadas, percebe-se que as contabilizações de eventos ambientais, se existentes, tiveram seus valores agregados às demais contas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável determina um planejamento de longo prazo e a conscientização por parte das empresas e da sociedade de que os recursos naturais não são finitos, e por isso devem ser explorados de uma forma consciente.

Contudo, sabe-se que o desenvolvimento sustentável depende de diversos outros instrumentos que auxiliem na regularização e planejamento de algumas atividades, em especial aquelas que causam algum tipo de degradação ambiental.

Nesse sentido é que a Contabilidade Ambiental surge como auxiliar na gestão dos impactos ambientais e recursos naturais. A aplicação da contabilidade ambiental em uma organização proporcionaria uma visão ampla do conceito na entidade, registrando todos os efeitos que possam gerar alterações em sua posição patrimonial e financeira.

Com a realização deste estudo, fica clara a importância da contabilidade ambiental nas empresas, principalmente no que se refere à preservação do meio ambiente e no processo de gestão ambiental, facilitando a tomada de decisões relativas à atuação empresa.

A contabilidade ambiental dentro de uma organização possibilita uma nova visão dessa entidade uma vez que possibilita aos colaboradores e, principalmente, à sociedade visualizar a organização como um todo, ocasionando maior segurança nos investimentos e financiamentos, uma vez que a organização conseguindo gerir seus aspectos e impactos ambientais poderão oferecer menores riscos aos investidores.

A Contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

Nesse sentido é que se buscou realizar um estudo de caso a respeito de uma importante empresa do setor madeireiro situada no Estado de Roraima, a fim de demonstrar a atuação desta organização à luz da responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável.

Através da análise das atividades da FIT Manejo Florestal, nota-se a preocupação da empresa em planejar os processos de produção, gestão, mitigação de impactos ambientais e ações ambientais, de forma a garantir a sustentabilidade econômica de suas atividades.

O manejo florestal realizado pela empresa concretizado de acordo com os requisitos legais de manejo florestal sustentável, e as normas do FSC Brasil (Conselho Brasileiro de Manejo Florestal), que define princípios e critérios para o manejo florestal ambientalmente correto, e economicamente viável. A empresa possui também vários tipos de monitoramentos e programas ambientais, com a finalidade de assegurar o Plano de Manejo.

Contudo, o estudo demonstrou que a contabilidade ambiental não é uma realidade presente na empresa, haja vista as demonstrações contábeis da empresa não fazerem distinção entre as contabilizações dos eventos ambientais e as demais contas.

A ausência das informações relativas as contabilizações ambientais pode ser justificada pela inexistência de normas contábeis e legislações que estabeleçam uma obrigatoriedade dos registros ambientais.

Através dos resultados encontrados, pode-se concluir que a empresa deixa a desejar quanto à divulgação das informações ambientais, uma vez que estas não estão inseridas no Balanço Patrimonial ou nos relatório complementares das demonstrações financeiras.

A preocupação com o meio ambiente tem se tornado cada vez mais importante na sociedade, de forma que se torna inevitável que as empresas, principalmente aquelas que

exploram os recursos naturais, incluem em seus balanços contábeis os custos ambientais de suas atividades, como parte integrante da sua estratégia empresarial.

Assim as empresas poderão quantificar melhor seus consumos no que se refere aos gastos ambientais, controlando de forma mais efetiva e eficaz os inevitáveis desperdícios ao longo de todo o processo produtivo, reutilizando e controlando a fabricação de seus produtos de forma sustentável, corrigindo falhas e controlando os impactos finais.

Para a apresentação de seus balanços de forma transparente e verdadeira, é imprescindível que as empresas introduzam os elementos ambientais em sua contabilidade, fazendo com que a contabilizações tornem-se uma importante ferramenta para promover a conscientização da sociedade, além é claro de resguardar os interesses de potenciais investidores em empresas que venham a interferir no meio ambiente, seja como poluidoras ou extrativistas.

O tratamento contábil dos gastos ambientais é importante para que possa gerir as questões ambientais, de modo que possa monitorar as transações que impactam o meio ambiente, assegurando que os custos do empreendimento estejam contabilizados.

7. REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. B. Direito Ambiental. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

BRASIL. Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Código Florestal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 de fev. 2011.

BRUNDTLAND, G. H. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAPRA, F. A Teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos - Alfabetização Ecológica . Cultrix - Amara-Key, São Paulo, 2002.

FERREIRA, A. C. S. Contabilidade Ambiental. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007.

GREENPEACE. Campanha Amazônica: A exploração de madeira na Amazônia: a ilegalidade e a destruição ainda predominam. Relatório técnico. Setembro de 2001. Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/techrep_planos_manejo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2011.

MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MADEIREIRA VALE VERDE LTDA. Galeria de fotos. Disponível em: < <http://www.madeira-vale-verde.com/index.asp?get=1&FID=170&File=level01&Aff=>>>. Acesso em: 10 de fev. 2011.

MARTINS, E. RIBEIRO, M. de S. Ações das empresas para a preservação do meio ambiente. Boletim nº 415 da ABRASCA Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98.

PROJETO OURO VERDE. Resumo Público Plano de Manejo Florestal. 2011.

RORAIMA. Anuário 2010. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Disponível em: < www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/index.php>. Acesso em 03 de mar de 2011.

RORAIMA, Plano Plurianual – PPA – 2008/2011 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

ROTH, P. MIRANDA, P. N. MONTEIRO, E. P. OLIVEIRA, R. S. Manual do Técnico Florestal. Rio Branco, AC.; Design Gráfico Guilherme K. Noronha, 2009.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIANA, V. M. Manejo Integrado dos Recursos Florestais nas Reservas Extrativistas: A questão da extração da madeira. Seminário sobre alternativas econômicas para reservas extrativistas. CNS/IEA. 1991.